

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

4ºRTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva - 93880

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. **PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, n.º 955, 14º andar sala 1401 parte, CEP 20071-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.553.029/0001-01, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

B. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário");

Na qualidade de intervenientes garantidoras,

C. **STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, n.º 955, 16º andar, sala 1601, CEP 20071-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.938.558/0001-39, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("State Grid"); e

D. **COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA**, sociedade por ações com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Dulcídio, 800, CEP 80420-170, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.483.817/0001-20, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41300036535, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Copel") e, em conjunto com a State Grid, as "Intervenientes Garantidoras";

E, ainda, na qualidade de interveniente-anuente,

E. **FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, sociedade de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, n.º 219, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22283-900, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.274.194/0001-19, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Furnas");



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



(A Emissora, o Agente Fiduciário, as Intervenientes Garantidoras e Furnas são referidos conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte");

As Partes celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A." ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures" respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 03 de novembro de 2014 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2 A garantia fidejussória da presente Emissão é concedida de acordo com as deliberações tomadas (i) na Assembleia Geral Extraordinária da State Grid realizada em 20 de novembro de 2014; e (ii) na Reunião de Diretoria da Copel realizada em 11 de novembro de 2014; as quais aprovaram a concessão da Fiança (conforme definido abaixo).

1.3 Furnas celebra a presente Escritura com base na deliberação tomada na Resolução do Conselho de Administração n.º007/451, realizada em 29 de outubro de 2014.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Atas das Deliberações

2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil".

2.1.1.2 A ata da Assembleia Geral Extraordinária da State Grid de que trata a Cláusula 1.2 acima será arquivada na JUCERJA e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil".



2.1.1.3 A ata da Reunião da Diretoria da Copel de que trata a Cláusula 1.2 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e será publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal "Gazeta do Povo".

2.1.1.4 A ata do Conselho de Administração de Furnas de que trata a Cláusula 1.3 acima foi arquivada na JUCERJA e foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "O Globo".

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERJA, previamente à subscrição e integralização das Debêntures, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, sendo uma via original entregue ao Agente Fiduciário tempestivamente após o efetivo registro.

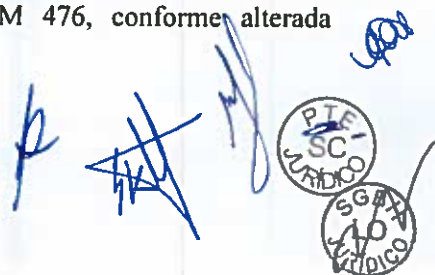
2.1.2.2 Em virtude da fiança de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná ("Cartórios"), previamente à subscrição e integralização das Debêntures, sendo uma via original entregue ao Agente Fiduciário tempestivamente após o efetivo registro.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1 A presente Emissão está, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.4 Registro para Colocação, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no (a) mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Não obstante o disposto na alínea "(b)" desta Cláusula 2.1.4.1, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM 409") e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476, conforme alterada



(“Investidores Qualificados”), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e após decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.1.5 Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1 A Emissão será registrada perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (“ANBIMA”), exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, sendo que tal registro está condicionado à expedição de diretrizes a serem especificadas pela ANBIMA até a data de envio da comunicação de encerramento da Oferta pelo Coordenador Líder (conforme definido abaixo) à CVM.

2.1.6 Constituição de Garantia Real

2.1.6 A garantia real descrita abaixo será constituída mediante assinatura e registro do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Decorrentes de Conta Vinculada e Outras Avenças a ser firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco administrador (“Banco Administrador”), na presente data (“Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada”), em observância às formalidades legais aplicáveis.

2.1.6.1 O Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada deverá ser registrado pela Emissora, às suas expensas, previamente à subscrição e integralização das Debêntures, nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes em relação à sede de cada uma das partes contratantes, sendo certo que, até o fim deste prazo a Emissora deverá enviar via original ao Agente Fiduciário de tais registros.

2.1.6.2 A Conta Vinculada (conforme definido abaixo) objeto de garantia do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada deverá estar devidamente constituída até a data de Integralização das Debêntures, em observância ao disposto no artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a parcela de 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) do Montante da Emissão deverá ser depositada em tal Conta Vinculada, conforme previsto na Cláusula 3.7 abaixo e nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada.

2.1.6.3 Nos termos do artigo 1.425, incisos I, IV e V do Código Civil, na hipótese de os direitos dados em garantia pela Emissora por força do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada vierem a se deteriorar, serem objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial, arbitral ou administrativa de



efeito similar, a Emissora ficará obrigada a substituí-los ou reforçar tal garantia de modo a recompor a garantia prestada e a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada (o "Reforço de Garantia"). O Reforço de Garantia deverá ser implementado pela Emissora mediante cessão fiduciária ou outra forma de garantia sobre bens ou direitos de sua propriedade ou de terceiros, livres e desembaraçados de todo e qualquer ônus ou gravame, a serem previamente aprovados pelo Agente Fiduciário após manifestação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para este fim, sendo certo que a Emissora terá o prazo de (i) 5 (cinco) Dias Úteis contados da deterioração para apresentar bens ou direitos adicionais que sejam satisfatórios a estes; e (ii) 10 (dez) Dias Úteis a contar da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar o Reforço de Garantia para aperfeiçoar a nova garantia sobre referidos bens ou direitos.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 De acordo com o Estatuto Social da Emissora em vigor na presente data, o objeto social da Emissora compreende: a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica, composta pela Linha de Transmissão Barreiras II – Rio das Éguas; Linha de Transmissão Rio das Éguas – Luziânia; Linha de Transmissão Luziânia – Pirapora 2, instalações vinculadas e demais instalações necessárias, nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora, a ser realizada com esforços restritos de distribuição.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 350 (trezentas e cinquenta) Debêntures.





3.6 Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

3.6.1. O escriturador mandatário será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 3º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”) e o banco liquidante será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”)

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Exceto pelo previsto na Cláusula 3.7.2 abaixo, os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados para investimentos na própria Emissora nas Instalações de Transmissão localizadas nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás, compostas pela linha de transmissão Barreiras II – Rio das Éguas, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 373 km, com origem na Subestação Barreiras II e término na subestação Rio das Éguas; linha de transmissão Rio das Éguas – Luziânia, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 373 km, com origem na subestação Rio das Éguas e término na subestação Luziânia; linha de transmissão Luziânia – Pirapora 2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 350 km, com origem na subestação Luziânia e término na subestação Pirapora 2; com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio (“Projeto”).

3.7.2 O montante equivalente a 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) do Montante da Emissão será recebido pela Emissora na conta de movimentação restrita de sua titularidade nº 2271, mantida junto à agência 0130336691 do Banco Administrador (“Conta Vinculada”), a qual será movimentada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada. Após a liberação de tal parcela, a sua destinação deverá ser aquela prevista na Cláusula 3.7.1 acima. A liberação de tal parcela ocorrerá (i) mediante o cumprimento, cumulativo, das seguintes condições, (a) não esteja em curso um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou um evento que, mediante aviso, possa tornar-se um Evento de Inadimplemento; (b) desde que a Emissora entregue ou tenha entregue ao Agente Fiduciário vias originais de aditamento a esta Escritura de forma a prever a celebração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A., na qualidade de fiadora responsável por montante equivalente a 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) das obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Emissão (conforme abaixo definido), de forma satisfatória aos Debenturistas, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e nos cartórios e registros públicos competentes, evidenciando a devida constituição da garantia fidejussória, ambos os itens (a) e



(b) em termos satisfatórios ao Agente Fiduciário; ou (ii) na data em que todas as obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Emissão tenham sido integral e definitivamente liquidadas. Sem prejuízo, caso a garantia fidejussória acima não seja formalizada no prazo previsto nesta Cláusula, Furnas fica, sob pena de vencimento antecipado da Emissão, obrigada a apresentar quaisquer outras garantias reais ou fidejussórias, em garantia da presente Emissão, satisfatórias aos Debenturistas, a seu exclusivo critério, para liberação da parcela retida, desde que não esteja em curso um Evento de Inadimplemento ou um evento que, mediante aviso, possa tornar-se um Evento de Inadimplemento.

3.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador" e em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), ambas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, podendo ser ofertadas a no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A." ("Contrato de Colocação" e "Oferta", sendo que o Contrato de Colocação, em conjunto com a presente Escritura e com o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, constituem os "Documentos da Emissão")

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 24 de novembro de 2014 ("Data de Emissão").





4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá em 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, portanto em 24 de novembro de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.2 abaixo e de Resgate Total Antecipado Obrigatório tal como previsto na Cláusula 5.1 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será expedido um extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o qual igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

4.2 *Subscrição*

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios a partir da Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.3 *Integralização e Forma de Pagamento*

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4 *Atualização do Valor Nominal*

4.4.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.5 *Remuneração*

4.5.1 *Juros Remuneratórios*

4.5.1.1 Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), capitalizada de um *spread* (sobretaxa) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa"), de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão das Debêntures, conforme definida na Cláusula 4.1.2.1, até a data de pagamento de juros remuneratórios, nos termos da Cláusula 4.5.1.2 abaixo ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos numa parcela única, na Data de Vencimento, salvo nas hipóteses de Vencimento Antecipado, em que serão pagos nos termos da Cláusula 5.2.1.1, e de Resgate Total Antecipado Obrigatório, observado o disposto na Cláusula 4.8.2.1 abaixo.

4.5.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:



J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = "VNe" corresponde ao Valor Nominal de emissão da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI Over, desde a Data de Emissão inclusive, e a Data de Vencimento ou de Resgate Total Antecipado Obrigatório, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI Over, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$



Sendo que:

$spread = 1,6500$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão inclusive, e a data do calculo, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.5.1.5 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.7 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a



partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.8 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo):

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6 Repactuação

4.6.1 Não haverá repactuação das Debêntures.



4.7 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado prevista na Cláusula 5.2 e de Resgate Total Antecipado Obrigatório prevista na Cláusula 5.1.

4.8 Condições de Pagamento

4.8.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2 Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.3 Encargos Moratórios

4.8.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a



data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.9 **Publicidade**

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados (a) no caso da Emissora, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil"; (b) no caso das Intervenientes Garantidoras, nos Diários Oficiais dos Estados do Rio de Janeiro e do Paraná e nos Jornais "Diário Mercantil" e "Gazeta do Povo"; e (c) no caso de Furnas, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "O Globo"; conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, se obrigando a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.10 **Garantia Fidejussória**

4.10.1 Intervêm neste ato e assinam a presente Escritura de forma irrevogável e irretratável, como fiadores, as Intervenientes Garantidoras, as quais se declaram devedoras e principais pagadoras, solidariamente com a Emissora, responsabilizando-se, individualmente, na proporção definida na tabela abaixo, representativa do percentual de suas respectivas participações acionárias na Emissora, pelo fiel e pontual cumprimento de 75,50% (setenta e cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, ou seja, sem solidariedade de qualquer espécie entre as Intervenientes Garantidoras, recaindo suas responsabilidades até os percentuais estabelecidos no quadro abaixo. As obrigações da Emissora perante os Debenturistas presentes nesta Escritura incluem (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos a cada uma das Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria, e à Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em virtude de vencimento antecipado; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras



obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura, incluindo obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; (iii) as obrigações de ressarcimento de todo e qualquer custo ou despesa necessário para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar no âmbito desta Escritura, desde que devidamente comprovadas; e (iv) as demais obrigações pecuniárias ou não pecuniárias assumidas pela Emissora por meio desta Escritura e nos Documentos da Emissão, sejam elas principais, acessórias, compreendendo juros, correção monetária, penas convencionais, comissões, tributos, honorários advocatícios arbitrados judicialmente por sentença condenatória transitada em julgado, bem como quaisquer outras despesas ou encargos de responsabilidade da Emissora, no termos do artigo 822 do Código Civil, com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 368, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869 de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil Brasileiro” e “Fiança”).

Interveniente Garantidora	Responsabilidade Máxima (em porcentagem do total das obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Emissão)
State Grid	51%
Copel	24,5%

4.10.2 As Intervenientes Garantidoras considerarão a Fiança prestada extinta de pleno direito uma vez verificado o cumprimento de todas as obrigações a cargo da Emissora previstas nos Documentos da Emissão.

4.10.3 Não cumpridas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão pela Emissora, obrigam-se as Intervenientes Garantidoras, individualmente e sem qualquer solidariedade entre si, a liquidar as obrigações exigidas no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, conforme limites de responsabilidade estabelecidos no quadro acima, contados do recebimento, pelas Intervenientes Garantidoras, de notificação escrita enviada pelo Agente Fiduciário, independentemente de qualquer outra formalidade, judicial ou extrajudicial, informando que a Emissora não honrou com suas obrigações no prazo estabelecido no respectivo Documento da Emissão. Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento pela Emissora de suas obrigações no prazo estipulado nos Documentos da Emissão não configura em nenhuma hipótese inadimplemento pelas Intervenientes Garantidoras das obrigações por elas assumidas na presente Escritura, de forma que as Intervenientes Garantidoras somente poderão ser consideradas inadimplentes se não realizarem o pagamento devido nos termos desta Escritura após transcorrido o prazo previsto nesta Cláusula 4.10.3.

4.10.4 A Fiança de que trata esta Cláusula encontra-se devidamente autorizada na forma estabelecida pela Cláusula 1.2, acima e, enquanto permanecer válida, caberá ao Agente Fiduciário



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



requerer sua execução, judicial ou extrajudicial, conforme função que lhe é atribuída, e quantas vezes forem necessárias, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura e dos Documentos da Emissão, respeitados os percentuais cabíveis à cada Interviente Garantidor, conforme limites indicados na tabela acima, para o seu integral pagamento.

4.10.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Intervenientes Garantidoras com o fito de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.6 Os pagamentos, caso devidos, serão realizados pelas Intervenientes Garantidoras, nos limites acima referidos do saldo das Obrigações Garantidas, fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura.

4.10.7 Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Intervenientes Garantidoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

4.10.8 A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações de suas condições fixadas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e/ou nos demais Documentos da Emissão, hipóteses para as quais as Intervenientes Garantidoras obrigam-se a adequar suas autorizações, nos termos da Cláusula 1.2 acima, e observado o teor da Cláusula 8.12.

4.10.9 As Intervenientes Garantidoras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por elas honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos relativos às obrigações garantidas pela Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.10.10 Furnas compromete-se, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da presente data a apresentar a adesão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. à presente Escritura, na qualidade de fiadora, nos exatos termos e condições previstos no Anexo I ("Adesão"), caso a Adesão não seja formalizada no prazo acima, Furnas fica, sob pena de vencimento antecipado da Emissão, obrigada a apresentar quaisquer outras garantias reais ou fidejussórias, em garantia da presente Emissão, satisfatórias aos Debenturistas, a seu exclusivo critério. Por meio da Adesão, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. integrará



automaticamente a definição de “Interveniente Garantidora”, assumindo todos os direitos e obrigações aplicáveis nos termos do presente às Intervenientes Garantidoras na proporção indicada no Anexo I.

4.11 Garantia Real

4.11.1 Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, a presente Emissão será garantida no limite do depositado na Conta Vinculada, conforme atualizado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, por cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora relativos a uma conta de movimentação restrita de sua titularidade mantida junto ao Banco Administrador, e dos ativos financeiros nela creditados e investidos, na qual o montante relativo a 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) do Montante Total da Emissão será depositado.

5. DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Resgate Total Antecipado Obrigatório

5.1.1 Em caso de obtenção, pela Emissora, de qualquer espécie de financiamento de longo prazo destinado ao Projeto (“Financiamento de Longo Prazo”), a Emissora obriga-se a, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do efetivo desembolso dos recursos relativos ao Financiamento de Longo Prazo, a resgatar antecipadamente a totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Resgate Total Antecipado Obrigatório”). Ademais, para possibilitar a realização do Resgate Total Antecipado Obrigatório no prazo acima mencionado, a Emissora deverá enviar comunicação individual prévia à totalidade dos Debenturistas (ou realizar comunicação nos termos da Cláusula 4.9 da Escritura), com cópia para o Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, e à CETIP, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do primeiro desembolso do Financiamento de Longo Prazo.

5.2 Vencimento Antecipado

5.2.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.2.1.1 Sujeito ao disposto na presente Cláusula, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):



5.2.1.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.2.1.1 acima:

- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nos Documentos da Emissão na respectiva data de pagamento;
- (ii) protestos de títulos contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, e/ou contra qualquer das Intervenientes Garantidoras cujo valor, individual ou agregado, considerando cada Interveniente Garantidora, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da ocorrência do protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras que: (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras;
- (iii) transferência, cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, de qualquer direito ou obrigação da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras que tenham sido originados nos Documentos da Emissão relativos às Debêntures, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade das Debêntures em circulação;
- (iv) (a) decretação de falência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras ou de suas respectivas acionistas controladoras; (c) decretação de falência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras ou de suas respectivas acionistas controladoras; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras ou de suas respectivas acionistas controladoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras ou de suas respectivas acionistas controladoras;
- (v) redução do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras, resgate ou amortização, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação com efeito similar envolvendo a Emissora, sem a anuência de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;



- (vi) qualquer reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras, incluindo fusão, cisão ou incorporação (bem como incorporação de ações), exceto se:
- (a) tal reorganização societária seja realizada apenas envolvendo sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras alvo da reorganização societária, assim entendido como as sociedades controladas, controladoras e sob controle comum da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras alvo da reorganização societária, tudo conforme definições da Lei das Sociedades por Ações ("Grupo Econômico"), sendo certo que, em qualquer caso, desde que sem alteração no controle direto ou indireto da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras alvo da reorganização societária, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou
 - (b) se previamente autorizado por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;
- (vii) alteração e/ou transferência do controle acionário da Emissora, exceto se:
- (a) os novos controladores forem sociedades do mesmo Grupo Econômico das acionistas da Emissora; ou
 - (b) se previamente autorizado por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;
- (viii) perda definitiva da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica referente ao Projeto, objeto do Contrato de Concessão nº 007/2013 – ANEEL;
- (ix) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora, exceto com os Debenturistas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras cujo valor, individual ou agregado, considerando cada Interveniente Garantidora, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo estabelecido nos respectivos contratos;
- (x) pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;





- (xi) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à Emissão, a esta Escritura (e/ou de qualquer de suas disposições) ou aos Documentos da Emissão, bem como caso a Emissão e/ou esta Escritura ou outro Documento da Emissão ou da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes;
- (xii) questionamento judicial, pela Emissora, pelas Intervenientes Garantidoras, por qualquer controladora e/ou por qualquer de suas respectivas controladas, com relação à eficácia, executabilidade e/ou vigência desta Escritura e/ou de algum outro Documento da Emissão;
- (xiii) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia anuência de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xiv) contratação de novas dívidas ou qualquer modalidade de financiamento, pela Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto a contratação do Financiamento de Longo Prazo, a qual poderá ser realizada sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (xv) não realização do Resgate Total Antecipado Obrigatório no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do efetivo desembolso dos recursos relativos ao Financiamento de Longo Prazo destinado ao Projeto, nos termos da Cláusula 5.1.1 acima;
- (xvi) se a fiança prestada pelas Intervenientes Garantidoras for objeto de questionamento judicial por terceiros de modo que perca sua natureza de garantia;
- (xvii) se a fiança prestada pelas Intervenientes Garantidoras (a) for anulada, nula, ou inválida sob qualquer forma; ou (b) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a respectiva Interveniente Garantidora tomar conhecimento;
- (xviii) não manutenção da preferência absoluta dos Debenturistas com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos bens dados em garantia no âmbito Contrato Cessão Fiduciária de Conta Vinculada;
- (xix) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures; e



- (xx) caso os acionistas da Emissora não façam os aportes de capital e necessários à conclusão e operação do Projeto.

5.2.1.3 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.2.1.6 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura e/ou nos Documentos da Emissão, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias corridos;
- (ii) descumprimento de qualquer decisão administrativa, irrecorrível, de entidade regulatória que possa impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora ou que possam afetar a sua capacidade de cumprir fiel e integralmente com suas respectivas obrigações previstas nos Documentos da Emissão;
- (iii) concessão, pela Emissora, de mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para terceiros, inclusive a empresas de seu Grupo Econômico e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- (iv) descumprimento por parte da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da Emissora ou das Intervenientes Garantidoras de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nos Documentos da Emissão, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras na esfera judicial ou administrativa;
- (v) alteração no objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, que resulte ou possa resultar em desvios significativos à atividade principal desenvolvida pela Emissora e/ou por qualquer uma de suas controladas e/ou que restrinja as atividades por ela atualmente praticadas, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;
- (vi) alienação e/ou oneração pela Emissora de quaisquer ativos, bens ou receitas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto mediante prévio consentimento dos Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;



- (vii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, e/ou das Intervenientes Garantidoras cujo valor, individual ou agregado, considerando cada Interveniente Garantidora, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (viii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- (ix) caso (a) Furnas não formalize a Adesão pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no prazo de 90 (noventa) dias contados da presente data, nos termos da presente Escritura; ou (b) não apresente garantias reais ou fidejussórias, nos termos da presente Escritura, em termos satisfatórios aos Debenturistas, a seu exclusivo critério;
- (x) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras ou de suas respectivas acionistas controladoras com os Debenturistas, que não seja sanado no prazo estabelecido nos respectivos contratos;
- (xi) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora ou, ainda, de qualquer decisão administrativa, irrecorrível, relativo à obrigação de pagar valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e/ou contra as Intervenientes Garantidoras, relativo à obrigação de pagar valor igual ou cujo valor, individual ou agregado, considerando cada Interveniente Garantidora, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.7; e
- (xiii) caso haja paralisação ou suspensão do Projeto por período superior a 90 (noventa) dias, exceto por ocorrência de caso fortuito ou de evento de força maior.

5.2.1.4 A Emissora e as Intervenientes Garantidoras obrigam-se a, tão logo tenham conhecimento de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nas Cláusulas 5.2.1.2 e 5.2.1.3 acima, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

5.2.1.5 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 5.2.1.2 acima,



desde que não sejam sanados nos prazos aplicáveis e previstos, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Não obstante o acima, o Agente Fiduciário deverá, assim que tomar ciência, notificar a Emissora imediatamente sobre a declaração de vencimento antecipado.

5.2.1.6 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 5.2.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o quórum específico estabelecido na Cláusula 8.5 abaixo, observada ainda a Cláusula 8.6 abaixo.

5.2.1.7 A não instalação das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas por falta de quórum, após duas convocações, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

5.2.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e às Intervenientes Garantidoras, com cópia à CETIP e ao Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.2.3 A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido no item 5.2.2 acima.

5.2.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.2.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) disponibilizar na página da rede mundial de computadores (www.paranaibatrans.com.br) e/ou fornecer ao Agente Fiduciário, conforme aplicável, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, ou na data da efetiva divulgação, o que



ocorrer primeiro: (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Emissora e auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração assinada por representantes legais com poderes para tanto atestando (a) que todas as obrigações da Escritura permanecem válidas, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (c) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados e (d) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

(ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos titulares das Debêntures;
- (b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou por Furnas relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) efeito adverso relevante na situação (financeira, operacional, ambiental ou regulatória) da Emissora e/ou de qualquer controlada da Emissora; (ii) efeito adverso relevante na situação financeira das Intervenientes Garantidoras e/ou de Furnas; e/ou (iii) efeito adverso relevante na capacidade da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou de Furnas de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos dos Documentos da Emissão ("Efeito Adverso Relevante");
- (e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário; e



- (f) tempestivamente após a data da respectiva inscrição na JUCERJA e registro ou averbação perante os Cartórios, uma via original desta Escritura e de seus aditamentos.
- (iii) estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos titulares das Debêntures, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- (iv) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo o seu parágrafo 4º, a Emissora está obrigada a:
- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar na página da rede mundial de computadores (www.paranaibatrans.com.br) e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima na página da rede mundial de computadores (www.paranaibatrans.com.br);
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme atualmente em vigor ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar, na página da rede mundial de computadores (www.paranaibatrans.com.br), a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;



- (v) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476;
- (vi) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (vii) durante toda a vigência das Debêntures e da presente escritura, disponibilizar, na página da rede mundial de computadores (www.paranaibatrans.com.br), cópia das suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (viii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, concessões e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por suas controladas, e caso qualquer das autorizações, concessões e licenças mencionadas acima deixe de ser válida, eficaz, de estar em perfeita ordem e em pleno vigor, sanar o respectivo descumprimento no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da ocorrência do descumprimento;
- (ix) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos Documentos da Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (x) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura e nos Documentos da Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Banco Administrador, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21);
- (xi) não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;
- (xii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (xiii) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1, sendo que a Emissora não praticará nenhum ato ou atividade que cause dano ou impacto ambiental antes de obtida regularmente todas as autorizações e licenças exigidas para a execução de respectivo ato ou atividade;



- (xiv) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme atualmente em vigor;
- (xv) realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 7.7; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 7.8;
- (xvi) realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvii) observado o disposto no item (xii) da Cláusula 7.4, a Emissora obriga-se desde já a enviar os atos societários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na referida Cláusula, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no item (xiii) da referida Cláusula 7.4;
- (xviii) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere o item (xii) da Cláusula 7.4;
- (xix) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- (xx) notificar, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e que resulte em um Efeito Adverso Relevante;
- (xxi) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;



- (xxii) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante a vigência das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;
- (xxiii) adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, inclusive atendendo aos Princípios do Equador;
- (xxiv) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental (caso aplicável) e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas à Emissora, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como disponibilizá-los aos titulares das Debêntures quando por eles solicitado, e a informar aos titulares das Debêntures imediatamente, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade, bem como não praticar e impedir a prática de qualquer ato que exija a produção ou aprovação de algum documento ou a expedição de alguma licença enquanto não for concluída a respectiva produção, aprovação ou expedição, conforme a legislação aplicável, e caso descumpra com qualquer obrigação prevista neste item, sanar tal descumprimento no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da ocorrência do respectivo descumprimento;
- (xxv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário, nos termos da lei e/ou desta Escritura, deva fazer mas não o faça;
- (xxvi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xxvii) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xxviii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

- (xxix) proceder ao protocolo para registro, desta Escritura, na JUCERJA e nos Cartórios, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura da presente Escritura;
- (xxx) independente de culpa, ressarcir os titulares das Debêntures e o Agente Fiduciário de qualquer quantia que esse seja compelido a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista;
- (xxxi) manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades; e
- (xxxii) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado ou conforme exigido legalmente ou nos termos dos contratos de concessão respectivos, junto a companhia de seguros de primeira linha.

6.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

6.2 As Intervenientes Garantidoras e Furnas estão obrigadas a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário e à Emissora:
 - (a) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento aplicável a cada uma;
 - (b) no prazo de até 3(três) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida por qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou por Furnas relacionada a um Evento de Inadimplemento;



- (c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
 - (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - (e) no prazo legal, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor.
- (ii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
 - (iii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, por suas Intervenientes Garantidoras e /ou por Furnas;
 - (iv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura dos Documentos da Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações previstas nos referidos documentos;
 - (v) manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades;
 - (vi) notificar, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após a ocorrência do evento, sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e que resulte em um Efeito Adverso Relevante; e
 - (vii) cumprir, durante a vigência das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável cada uma, assim como aquelas decorrentes da prestação de garantia no âmbito da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil.



7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) que tem poderes bastantes para celebração da presente Escritura; e



(xi) na data de celebração da presente Escritura e com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara, para os fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, que presta serviços de agente fiduciário na 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Copel ("5ª Emissão da Copel"), com vencimento em 13 de maio de 2019, em que foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da Copel não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

7.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

7.3.1 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.



7.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo de eventuais descumprimentos de obrigações não pecuniárias;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;





- (vii) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora, às expensas da Emissora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12.º, inciso XVII, alínea k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder;
- (xiv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante, e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures expressamente autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas, nos termos e nos limites previstos nesta Escritura;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;



- (xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de que tenha conhecimento, indicando o local em que fornecerá aos interessados, esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xviii) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado diariamente o cálculo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios realizado pela Emissora, através de sua central de atendimento e/ou do site *www.pentagonotrustee.com.br*.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar a Fiança, aplicando o produto no pagamento integral dos titulares das Debêntures;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Serão devidos ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, em parcela única paga em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão das debêntures.

7.7.1 A parcela citada na cláusula 7.7 acima, será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social),



COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.2 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die.

7.7.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação fica estabelecido que a Emissora não será responsável pela realização de qualquer pagamento ao Agente Fiduciário.

7.7.4 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito em conta corrente a ser por ele indicada, servindo o respectivo comprovante de depósito como prova de quitação.

7.7.5 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima, caso necessário, será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima.

7.7.6 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.7 As remunerações descritas na Cláusula 7.7 serão devidas mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O Agente Fiduciário deve avisar a Emissora e enviar todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.



7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora, mediante envio de cópia de todos os comprovantes de despesas.

7.8.2.1 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.3 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.4 As despesas a que se refere à Cláusula 7.8 acima compreenderão aquelas incorridas com:

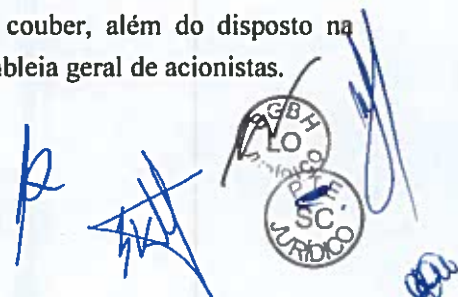
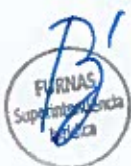
- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões, custos incorridos em contatos telefônicos, fotocópias, digitalizações e envio de documentos; e
- (iii) locomoções entre estados da federação, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas.

7.8.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.



8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da publicação do edital de convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados do fim do prazo para a realização da assembleia em primeira convocação.

8.4 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

8.5 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.6 Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas à convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

8.7 Será necessária a presença dos representantes legais da Emissora e das Intervenientes Garantidoras nas Assembleias Gerais dos Debenturistas, caso solicitado pelos Debenturistas, a seu critério, e sempre que os termos e condições desta Escritura sejam alterados.

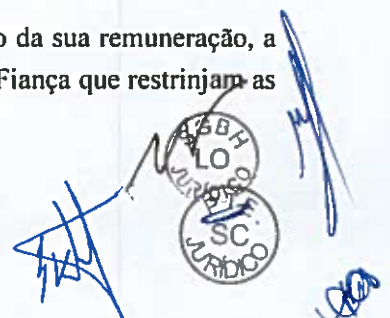
8.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10 Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

8.11 A renúncia ou perdão temporário à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.12 As alterações de prazos, valor e forma das Debêntures, a redução da sua remuneração, a alteração dos Eventos de Inadimplemento, a alteração dos termos e condições da Fiança que restrinjam as



obrigações assumidas pelas Intervenientes Garantidoras e/ou por Furnas (sendo certo que não será necessária qualquer aprovação por parte dos Debenturistas para a Adesão), o resgate das Debêntures (exceto o Resgate Total Antecipado Obrigatório previsto nesta Escritura), bem como alterações à Cessão Fiduciária de Conta Vinculada dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

8.13 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

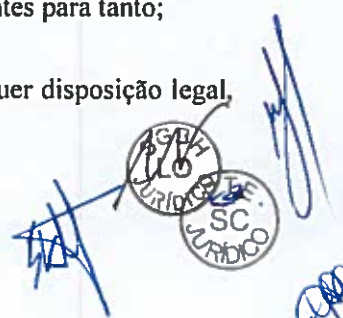
8.14 Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e a seus respectivos cônjuges.

8.15 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas, eficazes e vincularão a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS E DE FURNAS

9.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal,



ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral vigente nesta data, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido nesta data para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERJA e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (ix) a demonstração financeira da Emissora, datada de 31 de dezembro de 2013, representa corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e reflete corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e desde tal data não houve nenhuma alteração adversa relevante e nem aumento substancial do endividamento;
- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (xi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais), para a atual etapa do Projeto, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (xii) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;



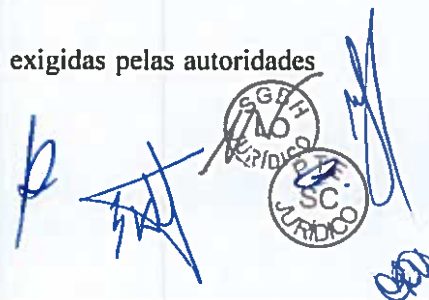
- (xiii) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xiv) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (xv) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de seu conhecimento, que possa vir a afetar de forma material a sua capacidade de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, com exceção às informadas nas demonstrações financeiras;
- (xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
- (xvii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xviii) mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, junto a companhia de seguros de primeira linha, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (xix) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora; e
- (xx) não realizará outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.





9.2 Cada uma das Intervenientes Garantidoras e Furnas declara e garante que: Marcelino Silva - 93680

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, incluindo a prestação da Fiança prevista na presente Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida por ela;
- (v) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (vi) não existem quaisquer ações, exceto das ações listadas no seu Formulário de Referência, se aplicável, seja de natureza judicial, administrativa, arbitral ou outros procedimentos de natureza civil, comercial ou administrativa que afetem material e adversamente o cumprimento ou a execução desta Escritura ou nos Documentos da Emissão ou, de forma relevante, as suas respectivas atividades, patrimônios e situações econômico-financeiras;
- (vii) as demonstrações financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2013, no caso da State Grid e de 31 de dezembro de 2013, no caso da Copel, representam corretamente a sua respectiva posição patrimonial e financeira naquela data e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e reflete corretamente os seus ativos, passivos e contingências, e desde tal data não houve nenhuma alteração adversa relevante e nem aumento substancial do endividamento;
- (viii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) a fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante de cada Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades

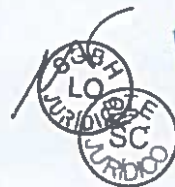


federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, sendo que até a presente data não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;

- (xi) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de seu conhecimento, que possa vir a afetar de forma material a sua capacidade de cumprir com suas obrigações aqui previstas;
- (xii) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xiii) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial vigente nesta data, contrato ou instrumento do qual cada Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da respectiva Interveniente Garantidora ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora; e
- (xv) declara cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais (inclusive aquelas emanadas pela CVM), aplicáveis à condução de seus negócios.

9.3 A Emissora, as Intervenientes Garantidoras e Furnas obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, exceto nos casos de perdas e danos indiretos e lucros e receitas cessantes, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.

9.4 A Emissora, as Intervenientes Garantidores e Furnas comprometem-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Avenida Presidente Vargas, n.º 955, 14º andar sala 1401 parte,
CEP 20071-004 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Elton Keishi Hiruma

Tel.: (21) 3513-4757

e-mail: elton@paranaibatrans.com.br

Com cópia para as Intervenientes Garantidoras e para Furnas.

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º. 4.200, Bloco 8, ala B, sala 303-304,
CEP 22.640-102 -Barra da Tijuca - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565 Fax: (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para a State Grid:

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

Av. Presidente Vargas, n.º 955 – SGCC Rio Tower
15º andar – Centro

CEP 20071-004 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Pan Yuehui

Tel.: (21) 2223-7655

Fax: (21) 2173-7591

e-mail: panyuehui@stategridbr.com, e panyuehui@stategrid.com.cn

(iv) Para a Copel:

COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Rua Coronel Dulcídio, n.º 800 – 3º andar
CEP 80420-170 Curitiba – PR

At.: Sr. Antonio Sergio de S. Guetter

Telefone: (41) 3310-5115

Fax: (41) 3331-3136



de Paulo

Luis Silva 03680

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

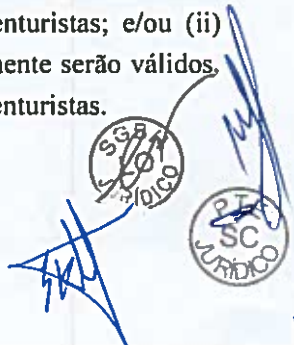
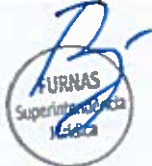
10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

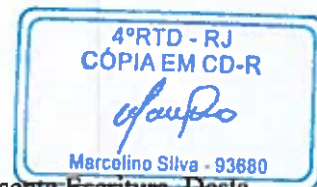
10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “Dia Útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura, somente serão válidos, mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.





10.6 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.7 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.8 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

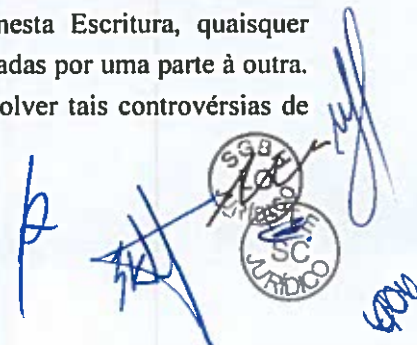
10.10 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.11 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de eventuais aditamentos, do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.12 Qualquer modificação aos termos e condições estabelecidos nesta Escritura só poderá ser feita mediante acordo entre as Partes, devendo ser formalizada por meio de Termo Aditivo por escrito, firmado por todas as partes signatárias da presente Escritura, incluindo as Intervenientes Garantidoras e Furnas.

11. FORO

11.1 Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, execução por quantia certa fundada nesta Escritura, quaisquer controvérsias que resultem de ou se refiram a esta Escritura deverão ser notificadas por uma parte à outra. As Partes, então, se comprometem a envidar seus melhores esforços para resolver tais controvérsias de



forma amigável, por meio de negociações diretas e de boa-fé, dentro de 15 (quinze) dias consecutivos contados a partir da data em que a notificação sobre a controvérsia for recebida.

11.2. Se as Partes não tiverem alcançado uma solução amigável, a controvérsia será submetida à arbitragem, conforme a Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, e a mesma será resolvida, de forma definitiva, de acordo com a Regulamento da Câmara Internacional de Comércio (*International Chamber of Commerce Brazil*) (a “Câmara de Arbitragem” e “Regulamento”) e instaurada e processada em conformidade com o regulamento de arbitragem daquela entidade e as regras previstas nesta Escritura. Em caso de conflito entre o regulamento de arbitragem da Câmara de Arbitragem e as regras previstas nesta Escritura, as regras desta prevalecerão.

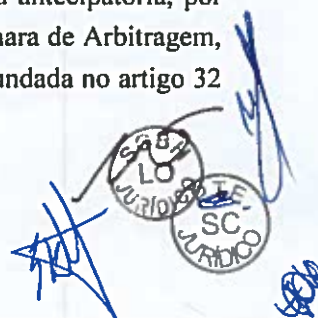
11.3. O tribunal de arbitragem será composto por 3 (três) árbitros a serem nomeados pelas Partes de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem e conforme as seguintes normas: (i) um árbitro será nomeado pelos Debenturistas; (ii) um árbitro será nomeado pela Emissora; e (iii) o terceiro árbitro será nomeado em conjunto pelos dois árbitros anteriormente nomeados. Se houver mais de um demandante ou mais de um demandado, os demandantes ou demandados, conforme o caso, nomearão em conjunto um árbitro. Caso seja obtido consenso quanto à indicação do árbitro apenas no grupo de demandados ou apenas no grupo de demandantes, a Câmara de Arbitragem deverá desconsiderar o árbitro indicado pelo grupo que obteve consenso, e, ato contínuo, deverá indicar os dois árbitros, que conjuntamente nomearão o Presidente.

11.4. O procedimento de arbitragem terá lugar na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Câmara de Arbitragem e será conduzido no idioma português, de forma confidencial.

11.5. Se a Câmara de Arbitragem reclamar falta de jurisdição, ou se devido a qualquer outro motivo, o mesmo se recusar a abordar o assunto submetido ao seu exame de acordo com esta Cláusula 11, as Partes declaram que a resolução da controvérsia por meio de arbitragem será administrada pela Câmara de Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, e, no caso de reclamação de falta de jurisdição por parte desta última, pela Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA.

11.6. A decisão arbitral será proferida em território brasileiro. As Partes concordam que as decisões arbitrais serão definitivas e vincularão as Partes para todos os efeitos, não se exigindo homologação judicial, nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos à Câmara de Arbitragem previstos no artigo 30 da Lei nº. 9.307/96.

11.7. Sem prejuízo da validade da cláusula de arbitragem, a jurisdição estatal poderá ser acionada nas seguintes hipóteses: (i) as medidas de urgência, de natureza cautelar ou antecipatória, por fatos anteriores à constituição do tribunal arbitral, (ii) a execução das decisões da Câmara de Arbitragem, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32





da Lei nº. 9.307/96, e (iv) os conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos a arbitragem, fica eleito o foro da comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

11.8. Exclusivamente para os fins da execução de quaisquer quantias ou medidas de precaução de natureza preventiva, provisória ou permanente, que seja necessária para preservar e assegurar a efetividade da decisão arbitral e o objeto da lide em discussão, as Partes neste ato elegem como foro competente a comarca de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em detrimento de todos os outros, por mais privilegiados que possam ser.

11.9. Os dispositivos desta Cláusula 11 permanecerão em vigor até a conclusão de todos os assuntos ou processos legais que possam resultar ou se referir a esta Escritura.

11.10. Exceto pelos honorários de seus respectivos advogados, que serão arcados pelas Partes individualmente, todas as outras despesas e custos da arbitragem serão arcados por uma ou mais Partes conforme o Regulamento da Câmara de Arbitragem ou conforme determinação específica emitida pelo tribunal de arbitragem.

11.11. Fica também eleito o Foro da Comarca da Cidade de Rio de Janeiro para o ajuizamento de ação de execução com base nesta Escritura. Os embargos à execução, caso sejam opostos, deverão ser dirimidos pela Câmara de Arbitragem, nos termos estabelecidos nesta Cláusula 11.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2014.

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO. SEGUEM PÁGINAS DE ASSINATURA]



Página 1/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A..

[Signature] *[Signature]*

PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Por: Wang XiaoChun
Cargo: Diretor-Presidente

Por: Elton Keishi Hiruma
Cargo: Diretor Financeiro

17º Ofício de Notas DA CAPITAL
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9800

Reconheço por semelhança a firma de: **XIAOCHUN WANG**
Cod: X00001A2EAO
Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia
36% TJ+FUNDOS
Total
Rosângela Maria Ferreira - Aut.
EADA-23140 VAV Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Rosângela Maria Ferreira
Escrivente
CAD / CGJ nº 94.04402
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94
OFÍCIO DE NOTAS - RJ

17º Ofício de Notas DA CAPITAL
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9800

Reconheço por semelhança a firma de: **ELTON KEISHI HIRUMA**
Cod: X00001A2EAE
Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia
36% TJ+FUNDOS
Total
Rosângela Maria Ferreira - Aut.
EADA-23154 ISP Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Rosângela Maria Ferreira
Escrivente
CAD / CGJ nº 94.04402
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94
OFÍCIO DE NOTAS - RJ



[Signature]

[Signature]

[Signature]





Página 2/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A..

Marcelle Hotta Santoro

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

2º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIÃO: ADILSON WAGNER FIRMINO

Estr. dos Bandeirantes, 209 - Lj C/D- Taquara - RJ - Fone: (021) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

MARCELLE HOTA SANTORO.....

Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 2014. Conf. por

Em testemunho da verdade

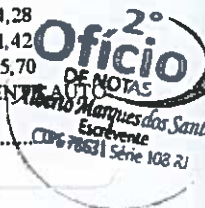
Emolumentos. R\$4,28

Impostos. R\$1,42

Total R\$5,70

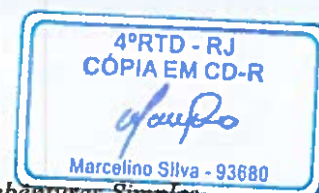
CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE

EAQK73297-HYU Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sltepublico>

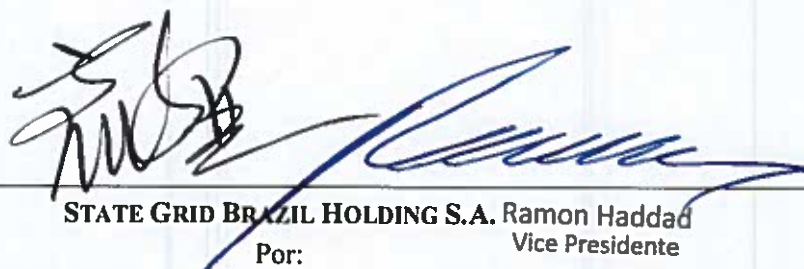


[Handwritten signature]





Página 3/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A..


STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A. Ramon Haddad
Vice Presidente

Por: Cai Hongxian
Cargo: President & CEO

Por:
Cargo:

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL
Tabellão: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-8800
088574
AA325631

Reconheço por semelhança a firma de: RAMON SADE HADDAD
Cod: X000001BDE7F
Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 4.20
36% TJ+FUNDOS : 1.50
Total : 5.70
Rosângela Maria Ferreira - Aut.
EABE-98796 YBY Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL
Tabellão: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-8800
088574
AA325641

Reconheço por semelhança a firma de: HONGXIAN CAI
Cod: X000001BDEB9
Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 4.20
36% TJ+FUNDOS : 1.50
Total : 5.70
Rosângela Maria Ferreira - Aut.
EABE-79006 BQA Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Página 4/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

15º TABELIONATO
CURITIBA - PR

15º TABELIONATO
CURITIBA - PR

COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Por:

Cargo:

Lindolfo Zimmer
Diretor Presidente

Por:

Cargo:

Marcos Domaskoel
Companhia Paranaense de Energia
Diretor de Gestão Empresarial

Cartório 15º Tabelionato de Notas - 3º Registro Civil
Guimarães de Macedo
Rua José Loureiro, 711 - Shopping Milla - Centro Mônica M. Guimarães de Macedo
CEP: 80010-000 - Curitiba - Paraná Itália Vecchia
Fone/Fax: (41) 3027-0405 / 3027-0175 / 3029-0175 Tabelião Designada

Selo nº Eel/10-90gv8.MgC.H Controle 8Gp0O.p0jD
Valde este Selo em <http://funarpen.com.br>
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de LINDOLFO ZIMMER e
MARCOS DOMASKOSKI *0038*F7U7M17CD-792459-11* Dou fé
Curitiba 24 de novembro de 2013 17:02:13h
Em Teste da Verdade
Mariane Colaco Batista - Escrevente
Custas R\$13,70 Selo R\$0,52



Página 5/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A.



FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

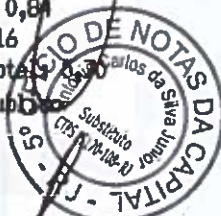
Por: **Flavio Decat de Moura**
Cargo: **Diretor - Presidente**

Por: **Nilmar Sisto Foletto**
Cargo: **Diretor de Finanças**

5º Ofício de Notas do Rio de Janeiro - Capital/RJ
R.Real Grandeza, 193 Lj.1 - Botafogo/RJ - Tel:(21) 2286-2433
Reconheço, por SEMELHANÇA, a firma de
NILMAR SISTO FOLETTO.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2014. Emol: 4,28 Lei.: 0,84
Em testemunho da verdade. Fnds: 0,42 Funas: 0,16
ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR-Substituto-15170/108/RJ Total: 5,70
EAB036947 SRF Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Conferido - Auxiliar
VITOR DE FREITAS CASEMIRO
CTPQ: 54270 / 109 - RJ



5º Ofício de Notas do Rio de Janeiro - Capital/RJ
R.Real Grandeza, 193 Lj.1 - Botafogo/RJ - Tel:(21) 2286-2433
Reconheço, por SEMELHANÇA, a firma de
FLAVIO DECAT DE MOURA.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2014. Emol: 4,28 Lei.: 0,84
Em testemunho da verdade. Fnds: 0,42 Funas: 0,16
ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR-Substituto-15170/108/RJ Total: 5,70
EAB036941 SRF Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Conferido - Auxiliar
VITOR DE FREITAS CASEMIRO
CTPQ: 54270 / 109 - RJ



capo

Página 6/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Testemunhas:

1.

Frederico Passalunghi

Nome: *Frederico Passalunghi*
RG: 13990433

2.

Diego Capochim Oliveira

Nome: *DIEGO CAPOCHIM OLIVEIRA*
RG: 13331445-0



REGISTRO Nº 967192

RJ, 16/12/2014

capo
Marcelino Silva-93680

www.4rtd-rio.com.br

Av. Rio Branco, 109/1702

Seio Eletrônico nº EAOR93293 DAF

Consulte <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

TÍTULOS E DOCUMENTOS



capo

capo



ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, n.º 955, 14º andar sala 1401 parte, CEP 20071-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.553.029/0001-01, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

B. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º. 4.200, Bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário");

Na qualidade de intervenientes garantidoras,

C. STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, n.º 955, 16º andar, sala 1601, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.938.558/0001-39, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("State Grid"); e

D. COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, sociedade por ações com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Dulcídio, 800, CEP 80420-170, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.483.817/0001-20, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41300036535, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Copel" e, em conjunto com a State Grid, as "Intervenientes Garantidoras");

E, ainda, na qualidade de interveniente-anuente,

E. FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., sociedade de sociedade de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, n.º 219, Botafogo, Rio de



Janeiro, RJ, CEP 20071-004, inscrita no CNPJ sob o nº 23.274.194/0001-19, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Furnas");

E, ainda, na qualidade de aderente e interveniente garantidora:

F. CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A., sociedade de economia mista de capital aberto, com sede no Distrito Federal, Brasília, no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco "B", nº 100, sala 203, CEP 70714-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Aderente").

(A Emissora, o Agente Fiduciário, as Intervenientes Garantidoras e o Aderente são referidos conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte");

Considerando que, a Emissora, o Agente Fiduciário e as Intervenientes Garantidoras celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A." ("Escritura"), em 20 de novembro de 2014, por meio do qual a Emissora emitiu 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais);

Considerando que, nos termos da Cláusula 4.10.1 da Escritura as Intervenientes Garantidoras, se obrigaram como devedoras e principais pagadoras, solidariamente com a Emissora, responsabilizando-se, individualmente, pelo fiel e pontual cumprimento de 75,50% (setenta e cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura;

Considerando que, a Aderente pretende aderir à Escritura, na qualidade de fiadora, passando a ser considerada "Interveniente Garantidora", obrigando-se como devedora e principal pagadora, solidariamente com a Emissora, e responsabilizando-se, individualmente, pelo fiel e pontual cumprimento de 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, de forma a que a Fiança (conforme definido na Escritura) responda pela totalidade das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura.

Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente "[--] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Aditamento"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



1. TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos aqui utilizados iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Aditamento terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A garantia fidejussória da Emissão, prevista no presente aditamento, é concedida de acordo com a deliberação tomada na [indicar ato societário de autorização] da Aderente realizada em [--] de [--] de 2014.

2.2 A ata da [indicar ato societário de autorização] da Aderente de que trata a Cláusula 2.1 acima [será/foi] arquivada na Junta Comercial do Estado [--] ("JUCE[--]") e [será/foi] publicada no Diário Oficial do Estado [--] e no jornal "[--]".

3. ALTERAÇÕES

3.1. Pelo presente Aditamento, o Aderente assume a partir da presente data todos os direitos e obrigações atribuídos às "Intervenientes Garantidoras" nos termos da Escritura, bem como passa a integrar a definição de "Interveniente Garantidora" e de "Intervenientes Garantidoras" nos termos e condições conforme previsto na Escritura.

3.2. Em vista da inclusão do Aderente, as Partes resolvem alterar a Cláusula 2.1.2.2 da Escritura de Emissão, que passa, a partir da presente data, a vigorar com a seguinte redação:

"2.1.2.2 Em virtude da fiança de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e na Cidade de Brasília, Distrito Federal ("Cartórios"), previamente à subscrição e integralização das Debêntures, sendo uma via original entregue ao Agente Fiduciário tempestivamente após o efetivo registro."

3.3 Ademais, para refletir o acima disposto, resolvem as Partes resolver alterar a Cláusula 4.10.1 da Escritura, que passa, a partir da presente data, a vigorar com a seguinte redação:

"4.10 Garantia Fidejussória

4.10.1 Intervêm neste ato e assinam a presente Escritura de forma irrevogável e irretroatável, como fiadores, as Intervenientes Garantidoras, as quais se declaram devedoras e principais pagadoras,



solidariamente com a Emissora, responsabilizando-se, individualmente, na proporção definida na tabela abaixo, pelo fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, ou seja, sem solidariedade de qualquer espécie entre as Intervenientes Garantidoras, recaindo suas responsabilidades até os percentuais estabelecidos no quadro abaixo. As obrigações da Emissora perante os Debenturistas presentes nesta Escritura incluem (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos a cada uma das Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria, e à Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em virtude de vencimento antecipado; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura, incluindo obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; (iii) as obrigações de ressarcimento de todo e qualquer custo ou despesa necessário para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar no âmbito desta Escritura, desde que devidamente comprovadas; e (iv) as demais obrigações pecuniárias ou não pecuniárias assumidas pela Emissora por meio desta Escritura e nos Documentos da Emissão, sejam elas principais, acessórias, compreendendo juros, correção monetária, penas convencionais, comissões, tributos, honorários advocatícios arbitrados judicialmente por sentença condenatória transitada em julgado, bem como quaisquer outras despesas ou encargos de responsabilidade da Emissora, no termos do artigo 822 do Código Civil, com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 368, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869 de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil Brasileiro" e "Fiança").

Interveniente Garantidora	Responsabilidade Máxima (em porcentagem do total das obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Emissão)
State Grid	51%
Copel	24,5%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	24,5%

4.10.2 As Intervenientes Garantidoras considerarão a Fiança prestada extinta de pleno direito uma vez verificado o cumprimento de todas as obrigações a cargo da Emissora previstas nos Documentos da Emissão.

4.10.3 Não cumpridas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão pela Emissora, obrigam-se as Intervenientes Garantidoras, individualmente e sem qualquer solidariedade entre si, a liquidar as obrigações exigidas no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, conforme limites de responsabilidade estabelecidos no quadro acima, contados do recebimento, pelas Intervenientes



Garantidoras, de notificação escrita enviada pelo Agente Fiduciário, independentemente de qualquer outra formalidade, judicial ou extrajudicial, informando que a Emissora não honrou com suas obrigações no prazo estabelecido no respectivo Documento da Emissão. Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento pela Emissora de suas obrigações no prazo estipulado nos Documentos da Emissão não configura em nenhuma hipótese inadimplemento pelas Intervenientes Garantidoras das obrigações por elas assumidas na presente Escritura, de forma que as Intervenientes Garantidoras somente poderão ser consideradas inadimplentes se não realizarem o pagamento devido nos termos desta Escritura após transcorrido o prazo previsto nesta Cláusula 4.10.3.

4.10.4 A Fiança de que trata esta Cláusula encontra-se devidamente autorizada na forma estabelecida pela Cláusula 1.2 acima e, enquanto permanecer válida, caberá ao Agente Fiduciário requerer sua execução, judicial ou extrajudicial, conforme função que lhe é atribuída, e quantas vezes forem necessárias, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura e dos Documentos da Emissão, respeitados os percentuais cabíveis à cada Interveniente Garantidor, conforme limites indicados na tabela acima, para o seu integral pagamento.

4.10.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Intervenientes Garantidoras com o fito de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.6 Os pagamentos, caso devidos, serão realizados pelas Intervenientes Garantidoras, nos limites acima referidos do saldo das Obrigações Garantidas, fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura.

4.10.7 Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Intervenientes Garantidoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

4.10.8 A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações de suas condições fixadas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e/ou nos demais Documentos da Emissão, hipóteses para as quais as Intervenientes Garantidoras obrigam-se a adequar suas autorizações, nos termos da Cláusula 1.2 acima, e observado o teor da Cláusula 8.12.



4.10.9 *As Intervenientes Garantidoras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por elas honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos relativos às obrigações garantidas pela Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão.*

4.10.10 *A entrada da Aderente, na qualidade de Interveniente Garantidora, conforme prometida pela Emissora e por Furnas não libera a Emissora das obrigações assumidas nos termos da Escritura de Emissão, de modo que a Emissora expressamente renuncia ao previsto no art. 440 do Código Civil e continua responsável pelas obrigações por si assumidas nos termos da Escritura.“*

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Compromete-se a Emissora, em até 5 (cinco) dias a contar da presente data, a apresentar para registro e/ou averbação, conforme aplicável, o presente Aditamento: (i) perante a JUCERJA, e (ii) perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes, quais sejam, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

4.1.1 A Emissora compromete-se a entregar, tempestivamente após os respectivos registros indicados na Cláusula 4.1., para o Agente Fiduciário, o Aditamento em uma ou mais vias originais, conforme o caso, refletindo os registros exigidos conforme a Cláusula 4.1. acima.

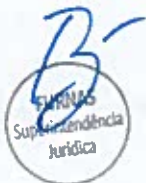
4.1.2 A inobservância das obrigações e dos prazos estabelecidos na Cláusula 4.1 acima, constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto na cláusula 5.2.1.3 da Escritura de Debêntures.

4.2 Permanecem inalteradas e neste ato são ratificadas todas as demais Cláusulas, termos, disposições, condições, declarações, direitos e obrigações estabelecidos ou decorrentes da Escritura não alteradas expressamente por este Aditamento, permanecendo válidos, eficazes e exequíveis.

4.3 Este Aditamento passa a ter efeito a partir da data de sua assinatura e obriga as Partes e seus sucessores, a qualquer título, sendo o mesmo irrevogável e irretratável para todos os fins e efeitos de direito.

4.4 As alterações realizadas na Escritura por meio deste Aditamento não importam novação.

4.5 As partes reconhecem este Aditamento como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.



4.6 Para efeitos da Cláusula 10.1 da Escritura, os dados de contato do Aderente, na qualidade de "Interveniente Garantidora", serão os seguintes:

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

At.: [•]

Tel.: [•]

Fax: [•]

E-mail: [•]

At.: [•]

5. FORO

5.1 Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, execução por quantia certa fundada neste Aditamento, quaisquer controvérsias que resultem de ou se refiram a este Aditamento deverão ser notificadas por uma parte à outra. As Partes, então, se comprometem a emendar seus melhores esforços para resolver tais controvérsias de forma amigável, por meio de negociações diretas e de boa-fé, dentro de 15 (quinze) dias consecutivos contados a partir da data em que a notificação sobre a controvérsia for recebida.

5.2. Se as Partes não tiverem alcançado uma solução amigável, a controvérsia será submetida à arbitragem, conforme a Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, e a mesma será resolvida, de forma definitiva, de acordo com o Regulamento da Câmara Internacional de Comércio (*International Chamber of Commerce Brazil*) (a "Câmara de Arbitragem" e "Regulamento") e instaurada e processada em conformidade com o regulamento de arbitragem daquela entidade e as regras previstas neste Aditamento. Em caso de conflito entre o regulamento de arbitragem da Câmara de Arbitragem e as regras previstas neste Aditamento, as regras desta prevalecerão.

5.3. O tribunal de arbitragem será composto por 3 (três) árbitros a serem nomeados pelas Partes de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem e conforme as seguintes normas: (i) um árbitro será nomeado pelos Debenturistas; (ii) um árbitro será nomeado pela Emissora; e (iii) o terceiro árbitro será nomeado em conjunto pelos dois árbitros anteriormente nomeados. Se houver mais de um demandante ou mais de um demandado, os demandantes ou demandados, conforme o caso, nomearão em conjunto um árbitro. Caso seja obtido consenso quanto à indicação do árbitro apenas no grupo de demandados ou apenas no grupo de demandantes, a Câmara de Arbitragem deverá desconsiderar o árbitro indicado pelo grupo que obteve consenso, e, ato contínuo, deverá indicar os dois árbitros, que conjuntamente nomearão o Presidente.

5.4. O procedimento de arbitragem terá lugar na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Câmara de Arbitragem e será conduzido no idioma português, de forma confidencial.



5.5. Se a Câmara de Arbitragem reclamar falta de jurisdição, ou se devido a qualquer outro motivo, o mesmo se recusar a abordar o assunto submetido ao seu exame de acordo com esta Cláusula 5, as Partes declaram que a resolução da controvérsia por meio de arbitragem será administrada pela Câmara de Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, e, no caso de reclamação de falta de jurisdição por parte desta última, pela Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA.

5.6. A decisão arbitral será proferida em território brasileiro. As Partes concordam que as decisões arbitrais serão definitivas e vincularão as Partes para todos os efeitos, não se exigindo homologação judicial, nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos à Câmara de Arbitragem previstos no artigo 30 da Lei nº. 9.307/96.

5.7. Sem prejuízo da validade da cláusula de arbitragem, a jurisdição estatal poderá ser acionada nas seguintes hipóteses: (i) as medidas de urgência, de natureza cautelar ou antecipatória, por fatos anteriores à constituição do tribunal arbitral, (ii) a execução das decisões da Câmara de Arbitragem, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei nº. 9.307/96, e (iv) os conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem, fica eleito o foro da comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

5.8. Exclusivamente para os fins da execução de quaisquer quantias ou medidas de precaução de natureza preventiva, provisória ou permanente, que seja necessária para preservar e assegurar a efetividade da decisão arbitral e o objeto da lide em discussão, as Partes neste ato elegem como foro competente a comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em detrimento de todos os outros, por mais privilegiados que possam ser.

5.9. Os dispositivos desta Cláusula 5 permanecerão em vigor até a conclusão de todos os assuntos ou processos legais que possam resultar ou se referir a este Aditamento.

5.10. Exceto pelos honorários de seus respectivos advogados, que serão arcados pelas Partes individualmente, todas as outras despesas e custos da arbitragem serão arcados por uma ou mais Partes conforme o Regulamento da Câmara de Arbitragem ou conforme determinação específica emitida pelo tribunal de arbitragem.

5.11. Fica também eleito o Foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro para o ajuizamento de ação de execução com base nesta Escritura. Os embargos à execução, caso sejam opostos, deverão ser dirimidos pela Câmara de Arbitragem, nos termos estabelecidos nesta Cláusula 5.



E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, [data].

[REstante da página intencionalmente deixado em branco. seguem páginas
de assinatura]

